

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

JOSÉ PAULO RIBEIRO (*)

A finalidade do presente trabalho é, principalmente, a de chamar a atenção de quantos se dedicam e se interessam pelo processo de desenvolvimento econômico em seu todo, assim como alertar quanto à importância do fator Capital-Crédito para a agricultura, como parte desse mesmo processo. Visa também a fornecer subsídios à discussão do tema, uma vez que este trabalho não tem a pretensão de apontar ou analisar completamente todos os aspectos de assunto tão complexo, com a finalidade de enriquecer as idéias aqui expostas e verificar as medidas justificáveis e de utilização possível, para o encaminhamento da solução do problema de formação de capital na agricultura, através de uma assistência financeira eficiente, um dos meios viáveis a tal finalidade.

Em outras oportunidades temos mostrado que o desenvolvimento da agricultura não tem acompanhado no mesmo ritmo, o desenvolvimento dos demais setores da economia. (1) Esta situação tem trazido para este setor uma posição de inferioridade marcante e relativo estado de estagnação, com reais prejuízos para a renda nacional e para a melhoria da renda per-capita. E o fato é tanto mais estranho quando se conhece a potencialidade dos grupos dos recursos existentes que poderiam estar gerando resultados fantásticos, para colocar a economia nacional em destaque ainda maior. Desejamos na oportunidade desta reunião, lembrar que alguns desses pontos foram por nós comentados ligeiramente durante a quarta reunião da SOBER. (2)

*) Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Assessor da Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR.

1) J. P. Ribeiro — «Agricultura. Fator de Desenvolvimento Econômico» — Suplemento Econômico do Jornal «O Estado de Minas» — Belo Horizonte, Minas Gerais, 1964

2) J. P. Ribeiro — Comentário ao trabalho «Papel do Crédito no Desenvolvimento Econômico» — Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais — São Paulo, Brasil, 1966.

Além do setor primário de nossa economia não estar obtendo o mesmo ritmo de crescimento de outros setores, não está também obtendo os recursos financeiros que seriam necessários para suas atividades, como mostram os números do quadro que segue:

QUADRO N.º 1 — Empréstimos às Atividades Econômicas
Saldo em Fim de Ano — Cr\$ 1.000.000 (3)

ANOS	COMÉRCIO		INDÚSTRIA		PARTICULARES		AGRICULTURA	
	Valôres	%	Valôres	%	Valôres	%	Valôres	%
1963	566.400	32	602.700	35	116.800	7	458.700	26
1964	923.100	27	1.413.700	40	219.600	6	949.900	27
1965	1.476.200	27	2.327.100	42	391.100	7	1.327.200	24

Nos anos em questão, verifica-se que a agricultura, que contribui grandemente para a renda nacional, recebeu somente cerca de 25% dos empréstimos concedidos às atividades econômicas, além de verificar-se uma diminuição desta percentagem no último período.

Vários fatores são limitantes a um mais rápido desenvolvimento de nossa agricultura. Dentre eles destacam-se: uso de tecnologia inadequada; política de preços mínimos ainda não abrangendo todos os principais produtos; precárias condições de comercialização; assistência técnica insuficiente; baixa capitalização da agricultura; serviços de crédito rural deficientes; fatores de produção (insumos) ainda fora do alcance de muitos produtores rurais por desconhecimento, inexistência ou incapacidade para aquisição; estrutura agrária defeituosa; política de importação e exportação nem sempre de acordo com a realidade; e outros mais.

Assim, para que resultados positivos sejam obtidos, torna-se necessário que a ação a desenvolver-se leve todos esses fatores em consideração. Por isso, não adianta introduzir tecnologia no meio rural e obter maior produção se não existe mercado organizado, pois é provável que os preços

3) Boletim do Banco Central da República do Brasil — Número 10, Volume II, outubro de 1966.

se deteriorarem, trazendo desestímulo aos produtores. Da mesma forma, de nada adianta estender crédito através de assistência financeira efetiva, se os demais fatores, principalmente o que diz respeito aos preços que os produtores podem obter pela sua produção, não estão concorrendo para a obtenção de resultados favoráveis. Caso se persista nessa política, o mais provável é ocorrer o desestímulo ao produtor e as mais das vezes, prejuízos acentuados e situações de insolvência.

O aumento da produtividade na agropecuária está intimamente relacionado com a utilização de nova tecnologia. Contudo, essa utilização demanda consideráveis quantidades de capital adicional, além de assistência técnica. A razão desta demanda é a baixa capitalização na agricultura motivada por fatores de diversas naturezas. De um modo geral, o capital básico está representado pela terra, sobrando muito pouco para os demais itens que compõem o inventário do negócio agrícola. Um levantamento levado a efeito pelo autor deste trabalho no Estado de Minas Gerais, num grupo de 1.727 produtores rurais, cujas propriedades tinham área de terra compreendida entre 10 e 100 ha, espalhados pelas diversas zonas fisiográficas do Estado, mostrou os seguintes resultados: (Ver quadro n.º 2 na página seguinte).

Realmente, capital e crédito na agricultura, representam uma importante faceta de desenvolvimento, embora não levado na devida consideração na maioria de seus aspectos, como fator essencial de ajustamentos que a própria agricultura demanda. O desenvolvimento da economia como um todo é o somatório do desenvolvimento de cada setor que a constitui, variando os mesmos de acôrdo com as características de cada um. Se um setor não vai bem, o reflexo, é, não só sobre o próprio setor, como também sobre o todo. No caso da agricultura, seu crescimento diferencia-se do crescimento dos outros setores em vários aspectos. Dentre estes, podem-se destacar alguns, cuja diferenciação diz respeito algumas vezes à forma e outras ao grau:

1. A dificuldade de controlar a produção, embora algumas medidas restritivas possam ser adotadas;
2. O grande individualismo dos empresários rurais, muitas vezes infensos às mudanças que se fazem necessárias para utilização de nova tecnologia;
3. Uma alta taxa de mudança tecnológica, devido à complexidade da agropecuária, onde se interligam fatores físicos, biológicos, sociais e humanos;

QUADRO Nº 2 — Composição do Inventário de Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais (*)

(Valôres de 1965)

ITENS DO INVENTÁRIO E OUTROS	Zona Campos da Mantiqueira	Zona Paranaíba	Zona da Mata	Zona do Alto São Francisco	Zona do Oeste	Zona do Mucuri	Zona Sul	Zona Metalúrgica	Total e Média
1. Número de Casos	56	101	636	37	238	79	386	194	1.727
2. Área Própria (média em ha)	52,8	46,8	38,9	38,6	50,0	50,0	43,1	45,0	45,6
3. Área Arrendada									
a) Núm. de Propriedades	21	10	198	13	104	31	156	82	(36%) 615
b) Média em Ha	24,6	24,5	32,6	12,5	35,0	31,9	33,1	39,3	29,1
4. Valor Médio das Terras									
a) Cr\$	836.146	1.170.796	873.649	536.124	1.194.096	933.581	1.114.369	885.686	943.055
b) % do Patrimônio bruto	40	49	42	41	49	52	48	36	45
5. Valor Médio das Construções									
a) Cr\$	211.156	254.603	245.778	228.223	252.259	200.610	265.740	272.839	241.401
b) % do Patrimônio bruto	10	11	12	17	10	12	11	11	12
6. Valor Médio Animais Produtores									
a) Cr\$	631.564	438.643	511.504	328.248	549.689	442.065	571.679	720.123	474.190
b) % do Patrimônio bruto	31	18	25	25	22	24	24	30	23

7. Valor Médio Ani- mais Trabalho										
a) Cr\$	210.991	156.554	137.834	105.003	143.393	78.938	107.665	172.015	139.049	
b) % do Patri- mônio bruto	10	7	7	8	6	4	5	7	7	
8. Valor Médio dos Equipamentos										
a) Cr\$	63.777	62.217	123.640	44.043	88.039	41.277	107.514	189.504	90.001	
b) % do Patri- mônio bruto	3	3	6	3	4	2	5	8	4	
9. Valor Médio — Outros recursos										
a) Cr\$	146.383	284.972	162.698	79.727	230.752	108.694	169.278	202.741	173.155	
b) % do Patri- mônio bruto	6	12	8	6	9	6	7	8	9	
10. Valor Médio do Patrimônio bruto Cr\$	2.100.016	2.367.785	2.055.103	1.155.463	2.136.487	1.557.417	2.336.245	2.442.908	2.110.853	
11. Valor Médio das Dívidas										(82%)
a) Cr\$	292.404	382.021	272.802	1.321.368	2.458.237	1.805.165	289.211	315.899	285.967	
b) Núm. de Pro- prietários	39	55	521	33	219	57	337	149	1.410	
12. Valor Médio do Patrimônio líqui- do. — Cr\$	1.807.612	1.985.764	1.782.301	165.905	321.750	247.748	2.047.037	2.127.009	1.824.886	

(*) José Paulo Ribeiro — Estudo de Caso de Subsistência e Transição — O Programa ACAR no Estado de Minas Gerais, Brasil — Honolulu, Havai, 1965. (Tradução)

4. A inelasticidade da demanda por seus produtos, sejam eles para alimentação ou fonte de matéria prima;

5. Um alto grau de risco e incerteza, que naturalmente se entrelaça com fatores como o de oscilação de preços, climatéricos, infestação de pragas e doenças, e tantos outros.

Pode-se muito bem concluir que a agricultura necessita bem mais atenção devido às suas atuais e futuras necessidades. Os ajustamentos da agricultura às mudanças no seu ambiente técnico e econômico é um processo contínuo. E desde que os ajustamentos referidos são feitos em sua maioria para períodos relativamente longos, devido aos investimentos fixos de que necessita, os produtores rurais devem ser auxiliados em como efetuar as mudanças que são realmente corretas e proporcionam resultados positivos.

Se levarmos em consideração as tendências que ocorrem e as projeções que necessitam realmente serem feitas para o futuro, deve-se dar especial atenção ao problema da formação de capital e à estrutura do crédito. Isto porque capital é um fator crucial e limitante que impede os produtores rurais de obterem retornos de seu trabalho, administração e investimentos. E, do ponto de vista dos produtores, o aumento da renda depende bastante da quantidade e efetividade com que a empresa rural pode utilizar capital adicional.

Grandes ajustamentos serão requeridos como consequência de forças que operam dentro do próprio setor primário de nossa economia. Educação, idade e a posição financeira dos produtores rurais, entre outras, têm grande influência na adoção de tecnologia e no aumento do tamanho das propriedades. Os ajustamentos internos na agricultura são em parte de natureza local e resultam de mudanças na posição competitiva de diferentes regiões que produzem diferentes tipos de produtos. Esta posição relativa de competição em determinada região é consequência de:

1. Relações de preços;
2. Habilidade dos produtores rurais de acumular capital;
3. Proximidade de mercado consumidor ou transformador;
4. Adaptação dos recursos físicos às mudanças em tecnologia e mercado;
5. Vantagem da diversificação ou especialização da produção.

A equidade na distribuição dos lucros resultantes do progresso técnico proveniente da pesquisa governamental só será possível se os produtores rurais tiverem acesso ao capital. De outra forma, aqueles que não possuem capital ou possam obtê-lo para introduções de inovações, serão deixados para trás, por não poderem aumentar a produção e conseqüentemente a renda líquida.

A medida que a agricultura se torna mais comercial e especializada, à medida que o fator preço aumenta a substituição do trabalho por equipamentos, a diferença entre as emprêsas rurais aumentará. Daí a razão do aumento crescente que se verifica na exploração agrícola sob a forma de corporações ou sociedades, pois as mesmas, com estrutura econômica e administrativa que permite acesso mais fácil aos fundos de investimentos, têm também maior oportunidade de ganhar com a utilização dos resultados da pesquisa.

Tôdas essas considerações preliminares, levam-nos agora ao âmago do tema Assistência Financeira. Para que ela exista, que seja eficaz e que se justifique, era necessário que se identificasse o problema da falta de capital na agricultura brasileira. Isto, para poder apresentar como uma das soluções ao problema, a distribuição de crédito ao setor primário de nossa economia, através de assistência financeira realista e eficiente.

O conceito de assistência financeira, no atual estágio de desenvolvimento por que passa a agricultura brasileira, deve ser ampliado e modificado, para que possa atingir realmente aos objetivos do desenvolvimento econômico.

Gerir uma emprêsa rural nos dias que correm, exige que se enfrentem os mesmos problemas que outros tipos de negócios. Para que uma renda satisfatória possa ser obtida, é necessário que o empresário rural efetue a melhor combinação possível dos fatores que tem à sua disposição, como terra, benfeitorias, animais, equipamentos, mão-de-obra. O maior ou menor sucesso resultante desta operação, dependerá da capacidade administrativa do empresário (não se levam aqui em consideração os preços que podem ser obtidos para os produtos, porque os mesmos independem do produtor). Mas, para que se obtenha sucesso, é essencial que exista capital para aquisição de fatores produtivos. Daí porque, a quantidade de capital que o empresário rural controla, para uso no seu negócio agrícola, reflete grandemente, seu nível de renda.

A capacidade administrativa diz respeito, também, à obtenção e adequação do uso do crédito. Enquanto alguns

proprietários rurais têm o privilégio de possuírem suficientes fundos para investir em sua empresa rural e outros encontram sempre abertas as portas dos estabelecimentos bancários para atender suas necessidades, o que acontece é que a maioria dos proprietários rurais vêem-se a braços com o uso de fundos em seus negócios e com a obtenção dos financiamentos indispensáveis ao desenvolvimento e sucesso de suas atividades.

O crédito rural deve ser encarado sob o aspecto do empresário rural e sob o aspecto das agências financiadoras. Os aspectos institucionais do crédito são importantes, como o são também, os aspectos administrativos que o produtor rural enfrenta na condução de seus negócios. Há necessidade de encontrar o "modus vivendi e operandi" entre ambos.

O capital que o empresário rural possui, representado por seu negócio, não difere basicamente do capital que pode tomar emprestado, pois quando empregados convenientemente para atingir objetivos desejáveis, os mesmos princípios aplicam-se ao seu uso. O que acontece é que a grande maioria dos produtores rurais já estão com a totalidade (ou quase) de seus fundos aplicados nos seus empreendimentos agrícolas e necessitam suplementá-lo pelo uso de crédito. E aí reside o grau de sucesso que poderá ser obtido, quando se levam em conta as decisões que devem ser tomadas em relação à obtenção e uso desse mesmo crédito. O pouco uso deste pode tornar o sucesso, enquanto o excesso de financiamento pode levar à falência.

As agências financiadoras têm seus problemas e seus pontos de vista muitas vezes conflitantes com os interesses dos produtores rurais, no que tange a objetivos. O comum é verificar-se o financiamento feito indistintamente a muitos, sem maiores detalhes de planificação ou estudo de operações financeiras. Isto traz como resultado a perpetuação da rotina, por não preverem inovações ou uso de tecnologia mais adiantada. Outras vezes trazem mais do que rotina, pois provocam a desorganização do que era, pelo menos, estável.

Entretanto, podemos dizer que grande progresso foi feito nesses dois últimos anos, com medidas tomadas pelo Banco Central da República do Brasil. A Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural no país, sistematizou sua aplicação através de instrumentos muito mais amplos do que aqueles que até então vinham sendo empregados. Além disso, ampliou bastante seu campo

de ação, indo desde o simples crédito de custeio, ao complexo crédito para reforma agrária, permitindo assim uma amplitude bastante desejável ao desenvolvimento de nossa agricultura.

O Decreto 58.380 de maio de 1966 que aprovou o Regulamento da Lei que institucionalizou o Crédito Rural, trouxe mais dispositivos à expansão e alcance da assistência financeira que o meio rural está a demandar. Mas, esta mesma regulamentação, deixou muita coisa para ser disciplinada pelo Conselho Monetário (artigo 4.º do Capítulo I) e pelo Banco Central da República (artigo 6.º do Capítulo I). Muitas foram já decididas e colocadas em vigor, mas outras estão ainda por serem estudadas e sistematizadas a fim de serem aplicadas pelos estabelecimentos que fornecem assistência financeira. É natural que assim ocorra, quando a lei e o decreto são relativamente recentes, o próprio Banco Central tem que se munir de elementos que lhe permitam discernir melhor sobre o que e como decidir, e toda uma estrutura da rede bancária no país precisa se adaptar aos novos modelos e diretrizes. Enquanto isto, a agricultura continua a sofrer da falta de crédito, pois a rede bancária particular e a própria rede oficial, não possuem ainda todos os elementos de que necessitam para basear sua ação.

A magnitude do problema da própria agricultura, do próprio crédito rural, aliados ao tamanho do país e às inúmeras variedades de regiões, dão bem uma idéia do desafio que as autoridades monetárias e aquelas responsáveis pelo planejamento, têm que enfrentar. Se não, vejamos rapidamente algumas delas:

1. A estrutura da agricultura, onde vários fatores influenciam como: clima, característica de solos, topografia, posse da terra, tipos de agricultores, instrução, saúde, vias de comunicação, proximidade de mercados, preços mínimos, armazenagem, mão-de-obra, escassez de assistência técnica, leis sociais para o trabalhador rural, e tantos outros;

2. A estrutura do crédito rural e das instituições que o distribuem: insuficiência de fundos para financiamentos, não só na quantidade como na distribuição do que existe; falta de capilaridade das agências financiadoras para que o crédito chegue mais perto dos produtores rurais; fiscalização deficiente; insuficiência de funcionários habilitados ao bom desempenho da tarefa; linha dividida de crédito motivada por financiamentos insuficientes ao sucesso da operação a que o mesmo se destina; demora na tramitação

dos processos de empréstimos fazendo com que o princípio da oportunidade do crédito não seja observado; e assim por diante.

Um dos sérios problemas que se encontra é a disparidade na distribuição do crédito entre as várias regiões do país e a correlação dos financiamentos com os valores da renda proveniente da produção agrícola. O quadro abaixo dá uma idéia do que vem acontecendo em alguns Estados da Federação;

QUADRO N.º 3 — Estrutura da Agricultura e Crédito Rural
Cr\$ 1.000 — (f)

ESTADOS	Municípios (1965)	Agências Bancárias (1960)	Renda Interna Agricultura (1960)	Créditos Concedidos (1960)	% Créditos Concedidos Renda Agricultura
Ceará	303	37	18.350.900	1.542.603	8
R. G. Norte	152	17	9.534.600	906.084	9
Paraíba	168	22	18.414.300	1.126.415	6
Pernambuco	182	46	23.990.700	2.262.850	9
Alagoas	96	18	9.147.900	974.380	10
Sergipe	76	13	4.777.800	835.186	17
Bahia	336	119	38.527.800	5.425.117	14
M. Gerais	722	867	87.509.500	12.967.692	15
Esp. Santo	53	63	9.987.000	740.182	7
R. Janeiro	63	112	25.674.700	2.145.326	8
Paraná	273	368	80.541.300	11.640.212	14
S. Catarina	190	130	25.979.100	921.041	3
R. G. Sul	194	307	71.369.200	21.211.496	29
Goiás	221	105	18.438.000	3.700.448	20

171

Da observação do quadro acima verifica-se que:

1. Na maior parte dos Estados, o número de agências do sistema bancário é insuficiente para dar aos produtores rurais uma assistência financeira adequada. Mesmo naqueles Estados onde este número é maior que o de municípios, não significa eficiência dessa assistência, porque o que se verifica é que em muitos desses municípios, existem agências de diferentes estabelecimentos bancários;

f) Arnaldo Gazzinelli — Situação do Crédito Rural em Quatorze Filiadas da ABCAR e em Alguns Estados da Federação. Problemas, Medidas e Sugestões para o Crédito Rural Educativo — ABCAR, Rio de Janeiro, Guanabara, 1965.

2. Os créditos concedidos em 1960, quando comparados com o valor da renda obtida no setor agrícola, dão bem a dimensão de quão longe estão de atender aos reais reclamos dos produtores. A percentagem dos valores dos créditos concedidos, em relação à renda, variou de 3% no Estado de Santa Catarina a 29% no Estado do Rio Grande do Sul. E o interessante é que os dois extremos estejam ao mesmo tempo tão longe (quanto ao número) e tão perto (são Estados limítrofes), quando a região fisiográfica é a mesma, os problemas semelhantes, as soluções comuns.

Outros aspectos da inter-relação entre agricultura e assistência financeira podem ser observados do quadro que segue.

Pode-se observar dos dados acima que:

1. O número de operações financeiras é muito pequeno comparado com o número de propriedades rurais existentes. A coluna das percentagens que relacionam os dois valores, mostra variação de 8% no Estado de Sergipe a 57% no Estado do Paraná. E o provável é que estas percentagens ainda não expressem a realidade, pois várias propriedades devem ter recebido mais de um empréstimo;

2. A comparação dos valores financiados em 1960, com os valores financiados em 1964 deflacionados para 1960, mostra que o incremento desse financiamento no período de quatro anos não é tão significativo como possa parecer. Em alguns Estados houve variações positivas de Cr\$ 5.462.942.000 a Cr\$ 79.555.000 respectivamente (Paraná e Minas Gerais), mas em outros, as variações foram negativas de Cr\$ 1.782.627.000 a Cr\$ 449.415.000 (respectivamente Bahia e Rio de Janeiro).

Ainda, para consideração, é a marcante distorsão de financiamento entre atividades do próprio setor agrícola. As estatísticas mostram, por exemplo, as distinções entre as atividades desenvolvidas com lavouras com pecuária e com florestas. Para as duas primeiras ainda se encontram financiamentos bastante apreciáveis (quando comparados os setores da própria agricultura), mas para a última, embora de importância transcendental para a economia, o que existe em matéria de financiamento é praticamente nada. Quando se comparam lavoura e pecuária, pode-se observar verdadeira distorsão, como mostra o quadro seguinte.

QUADRO 4 Estrutura da Agricultura e Financiamento — NCr\$ 1.000 — (f) (g)

ESTADOS	N.º de Propriedades Rurais (1960)	N.º de Financiamentos (1964)	% N.º Financiamentos Prop. Rurais	Valores nominais Financiamentos (1964)	Valores Financiamentos reais (1960 = 100)	Valores nominais Financiamentos (1960)	Variacões entre valores 1964 e 1960 = 100	Média Financiamentos 1964
Ceará	122.834	37.830	30	17.145.572	3.039.995	1.542.603	+ 1.497.392	453
Rio G. do Norte	50.271	17.221	34	10.793.811	1.913.796	906.084	+ 1.007.712	626
Paráiba	118.887	19.365	16	8.452.499	1.498.670	1.126.415	+ 372.255	436
Pernambuco	261.199	35.600	13	22.178.554	3.932.367	2.262.850	+ 1.669.517	622
Alagoás	62.918	10.035	16	10.500.953	1.861.871	974.380	+ 887.491	1.046
Sergipe	65.491	5.460	8	2.007.480	355.936	835.186	- 479.250	367
Bahia	382.996	34.291	9	20.543.645	3.642.490	5.425.117	- 1.782.627	599
Minas Gerais	371.833	115.622	31	73.586.474	13.047.247	12.967.692	+ 79.555	636
Espírito Santo	55.102	11.436	20	5.284.612	936.987	740.183	+ 196.805	462
Rio de Janeiro	50.728	13.424	26	9.564.941	1.695.911	2.145.326	- 449.415	712
Paraná	271.220	154.910	57	96.461.793	17.103.154	11.640.212	+ 5.462.942	622
Santa Catarina	158.984	34.944	22	12.595.495	2.233.243	921.041	+ 1.312.202	360
Rio G. do Sul	382.108	85.142	22	137.654.320	24.406.794	21.211.496	+ 3.195.298	1.616
Goias	111.215	26.646	23	34.860.926	6.081.015	3.700.448	+ 2.380.567	1.308

(f) Arnaldo Gazinelli — Situação do Crédito Rural em Quatorze Filiadas da ABCAR e em alguns Estados da Federação. — Problemas, Medidas e Sugestões para o Crédito Rural Educativo. — ABCAR, Rio de Janeiro, Guanabara, 1965.
 (g) Deflacionadores obtidos pelo índice 144 de Conjuntura Económica.

Quadro N.º 5 — Empréstimos à Lavoura e à Pecuária — Saldos em Fim de Ano Cr\$ 1.000.000 — (d)

ANOS	LAVOURA		PECUÁRIA		TOTAL
	Valôres Nominais	% Total	Valôres Nominais	% Total	
1958	40.400	75	13.400	25	53.800
1959	55.000	77	16.100	23	71.100
1960	74.800	71	25.100	29	99.900
1961	128.600	79	32.300	21	160.900
1962	188.600	71	74.300	29	262.900
1963	368.700	80	90.000	20	458.700
1964	771.800	81	178.100	19	949.900
1965	1.050.000	79	277.200	21	1.327.200

No período de 1958 a 1965, a lavoura recebeu em média, do total financiado ao setor agrícola, 77% enquanto a pecuária recebeu somente 23%. Os valores reais, deflacionados para 1958 como mostra o Quadro n.º 6 indicam para a lavoura 78% e para a pecuária 22%.

Quadro n.º 6 — Empréstimos à Lavoura e à Pecuária — Saldos em Fim de Ano — (d) — Cr\$ 1.000.000
Valôres Deflacionados — (g)

ANOS	LAVOURA		PECUÁRIA		TOTAL
	Valôres reais 1958 = 100	% Total	Valôres reais 1958 = 100	% Total	
1958	40.400	76	13.400	24	53.800
1959	45.454	78	13.306	22	58.760
1960	45.333	75	15.212	25	60.545
1961	57.668	80	14.484	20	72.152
1962	55.308	72	21.788	23	77.096
1963	70.632	81	17.241	19	87.873
1964	82.634	81	20.139	19	102.773
1965	68.988	80	18.213	20	87.201

Os financiamentos ao setor primário, quando analisados seus valores nominais, apresentam índices de crescimento que, à primeira vista, parecem substanciais. Entretanto, quando os mesmos são transformados em valores reais, a situação modifica-se completamente, como pode-se observar no quadro que segue.

QUADRO N.º 7 — Financiamentos à Agricultura — Saldos em Fim de Ano (3) Variações no Valor (g) — Cr\$ 1.000.000

ANOS	L A V O U R A				P E C U A R I A					
	Valôres	V. Reais	Variação	%	Valôres	V. Reais	Variação	%		
	Nominais	1958=100	(+)ou(-)		Nominais	1958=100	(+)ou(-)			
1958	40.400	40.400	0	0	13.400	13.400	0	0		
1959	55.000	45.454	—	9.546	18	16.100	13.306	—	2.794	18
1960	74.800	45.333	—	29.467	40	25.100	12.212	—	9.888	40
1961	128.600	57.668	—	70.932	56	32.300	14.484	—	17.816	56
1962	188.600	55.308	—	133.292	72	74.300	21.788	—	52.512	71
1963	368.700	70.632	—	298.068	81	90.000	17.241	—	72.759	81
1964	771.800	82.634	—	689.166	90	188.100	20.139	—	167.961	90
1965	1.050.000	68.988	—	981.012	94	277.200	18.213	—	258.987	94

A coluna "Variação" e a Coluna "%" dão uma visão bastante nítida do que aconteceu com os valores nominais, quando reduzidos a respectivos valores reais, com base no ano de 1958. Além do aspecto mencionado, verifica-se além disso, diminuições anuais em certos períodos, como mostra o gráfico n.º 1.

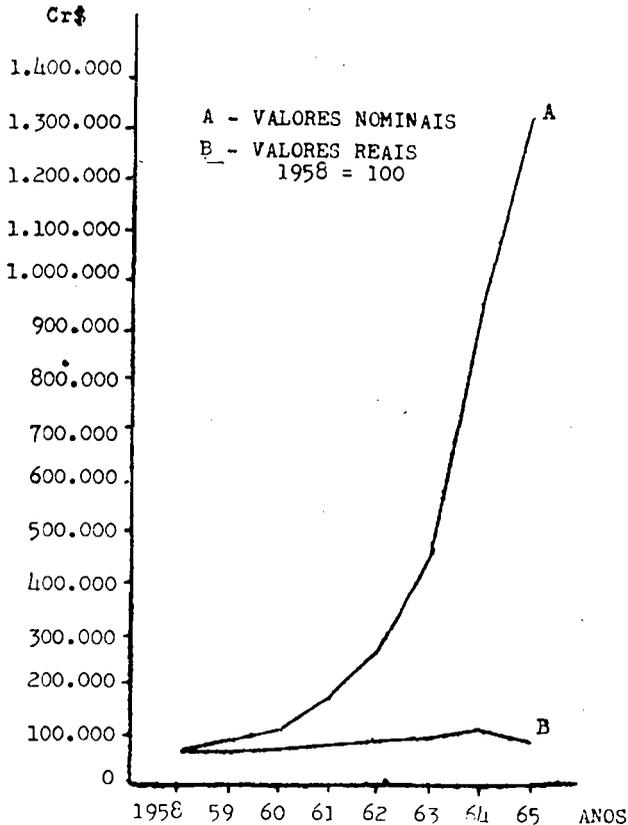


GRAFICO N.º 1 — Financiamentos à Lavoura e à Pecuária Saldos em Fim de Ano — Dados dos Quadros n.º e n.º 6 — Cr\$ 1.000.000

As linhas A e B, mostram claramente a berrante disparidade de valores dos financiamentos. Além disso, verifica-se que os valores reais correspondentes ao ano de 1965 caíram em relação ao ano anterior, o que torna a situação da assistência financeira menos eficaz para o desenvolvimento da agricultura.

Os valores reais quando comparados com os nominais mudam bastante a situação. Assim, como exemplo, damos no quadro a seguir, o montante de financiamentos num dos Estados. (Veja Quadro n.º 8).

A produção agrícola, no que se refere a valores, tem variado também no período considerado. Assim, o quadro seguinte mostra.

QUADRO N.º 8 — Financiamentos no Estado de Minas Gerais — Cr\$ 1.000.000 — (Alguns Bancos) (h)

ANOS	Banco do Brasil		Cooperativo de Crédito Banco Nacional		da Produção Banco Mineiro		Minas Gerais duto Real de Banco de Cré-		Banco Hipote- cário e Agrícola		Caixa Econômica Estadual	
	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	Nominais Valores	V. Reais 1959 = 100	Nominais Valores	V. Reais 1959 = 100	Valores Nominais	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	V. Reais 1959 = 100
1959	4.418	4.418	172	172	367	367	303	303	93	93	59	59
1960	6.135	4.511	96	70	484	341	467	343	92	67	129	94
1961	8.118	4.436	78	42	583	318	570	311	129	70	145	79
1962	20.270	7.203	116	41	951	339	1.105	394	448	160	170	60
1963	25.353	5.909	190	25	1.280	298	1.928	449	519	120	769	179
1964	49.893	6.504	2.883	375	3.020	393	3.384	441	2.824	368	6.170	804
1965	54.231	4.335	7.364	588	5.349	427	6.016	480	5.629	449	7.861	618

(h) Conselho de Coordenação do Crédito Rural — Belo Horizonte — Minas Gerais.

QUADRO N.º 9 — Renda da Agricultura Cr\$ 1.000.000 (i) (j)

ANOS	L A V O U R A				P E C U Á R I A			
	Valóres	V. Reais	Variação	%	Valóres	V. Reais	Variação	%
	Nominais	1958=100			Nominais	1958=100		
1958	211.482	211.482	0	0	88.178	88.178	0	0
1959	301.427	228.354	— 73.073	25	118.627	89.869	— 28.758	27
1960	412.240	225.267	— 186.973	46	181.202	99.017	— 82.185	46
1961	561.591	226.150	— 325.441	60	268.903	108.867	— 160.036	60
1962	1.054.846	266.375	— 788.471	75	443.709	120.246	— 323.463	73
1963	1.618.178	247.806	— 1.370.372	85	758.586	116.169	— 642.417	85
1964	2.982.265	227.827	— 2.754.438	93	1.526.298	116.600	— 1.409.698	93
1965	5.022.739	270.476	— 4.752.263	95	2.388.226	128.606	— 2.259.620	95

A contribuição da atividade Lavoura e da atividade Pecuária para o valor da produção da Agricultura é mostrada no quadro seguinte:

QUADRO N.º 10 — Valor da Produção Agrícola — Cr\$ 1.000.000 (1958 = 100)

A N O S	L A V O U R A		P E C U Á R I A		TOTAL
	V. Reais 1958 = 100	% Total	V. Reais 1958 = 100	% Total	
1958	211.482	71	88.178	29	299.600
1959	228.354	72	89.869	28	318.223
1960	225.267	70	99.017	30	324.284
1961	226.150	68	108.867	32	335.017
1962	266.375	69	120.246	31	386.621
1963	247.806	69	116.169	31	363.975
1964	227.827	66	116.600	34	344.427
1965	270.476	68	128.606	32	399.082

Embora pequena, há uma tendência de aumento de participação da pecuária sobre a participação da lavoura, para a produção global da agricultura. Comparando os va-

1) Anuários Estatísticos do Brasil — IBGE — Anos 1959 a 1966.
2) Deflacionadores obtidos pelo índice 46 de Conjuntura Econômica.

lôres da produção agrícola, com os valores dos financiamentos distribuídos à mesma, nota-se quão longe estão uns dos outros.

QUADRO N.º 11 — Produção e Financiamentos — Cr\$ 1.000.000

(1958 = 100)

ANOS	L A V O U R A			P E C U Á R I A		
	Valor Pro- dução (1)	Financia- mentos (2)	%(1) (2)	Valor Pro- dução (1)	Financia- mentos (4)	%(3) (4)
1958	211.482	40.400	19	88.178	13.400	15
1959	228.354	45.454	24	89.869	13.306	15
1960	225.267	45.333	20	99.017	15.212	15
1961	226.150	57.668	25	108.867	14.484	13
1962	266.375	55.308	20	120.246	21.788	18
1963	247.806	70.632	28	116.169	17.241	14
1964	227.827	82.634	36	116.600	20.139	17
1965	270.476	68.988	25	128.606	18.213	14

Para que se tenha uma idéia visual desta situação elaborou-se o seguinte: (Ver Gráfico n.º 2 na página seguinte).

Comparando as linhas (A) e (B), verifica-se não só como estão distantes uma da outra, como também no último ano, uma sobe e a outra desce, distanciando-se bem mais. O mesmo é verdadeiro para as linhas (C) e (D) que representam a pecuária.

Vale ressaltar, ainda que, além de não ser bem distribuído nas diversas regiões do país, dentro dos próprios Estados e dentro da própria agricultura entre suas atividades, ele é escasso não só no sentido do volume da produção como também quando relacionados à empresa rural. A última coluna do Quadro n.º 4, mostra as médias dos financiamentos ou dos empréstimos deferidos no ano de 1964. Pela mesma, verifica-se que a média de financiamento variou de Cr\$ 360.000 em Santa Catarina e Cr\$ 1.616.000 no Rio Grande do Sul. São os dois extremos novamente tão juntos e tão longe. Esta média baixa é reflexo da atual assistência financeira que libera a grande totalidade dos créditos para despesas de custeio e muito pouco para as necessidades de investimento, quando este é a grande necessidade de nossa agricultura, como fizemos ver no início de nosso

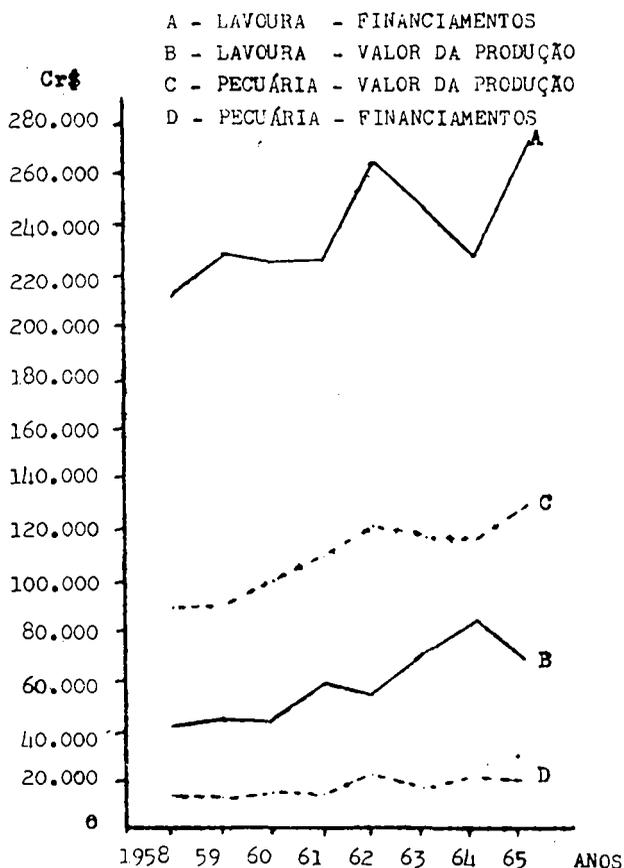


GRÁFICO N.º 2 — Produção e Financiamentos e Dados do Quadro n.º 11 (1958 = 100)

trabalho. O baixo valor dos empréstimos, mal dá para a manutenção do estado atual de nossa agricultura, não permitindo assim a introdução de nova tecnologia que demanda maiores somas de capitais. E esta tecnologia deveria ser, sob o ponto de vista das agências financiadoras, muito melhor garantia de sucesso da operação, do que as que se convencionaram usar. Da maneira como o crédito é distribuído, serve muito mais à perpetuação da rotina do que ao incremento e melhoramento da produção. O gráfico n.º 3 mostra como nem sempre o aumento de financiamento tem significado aumento de produção, principalmente no setor

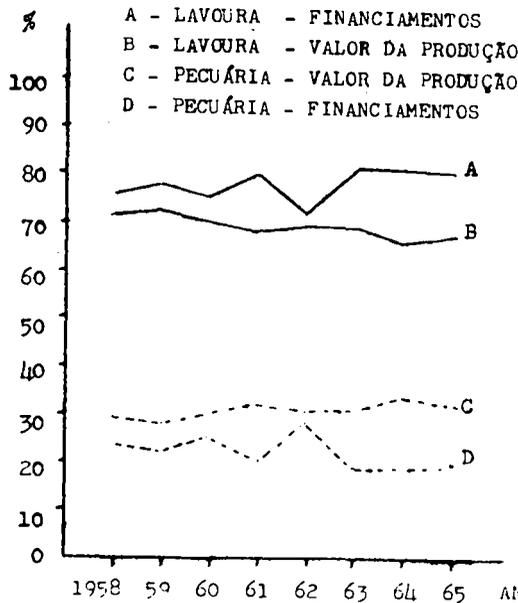


GRÁFICO N.º 3 — Produção Agrícola e Financiamentos —
Dados dos Quadros n.º 6 e n.º 3 — Coluna %

Lavoura, para onde a maior parte dos financiamentos são dirigidos.

Aqui, aparece bem, como a execução da política de financiamentos está orientada em desacôrdo com nossa realidade rural. Da observação das linhas acima, verifica-se que, percentualmente, a atividade Lavoura recebeu financiamentos acima do valor de sua produção (linha A acima da linha B). Ao contrário, a atividade pecuária, recebeu financiamentos abaixo dos valores de sua produção (linha C sôbre linha D). Isto pôsto, vem a pergunta de como pôde a pecuária manter-se numa linha de produção mais ou menos regular, tendo obtido financiamentos em menor quantidade? Além disso, considerando a composição do inventário da empresa rural (quadro n.º 2 como exemplo), a quantidade de capital que recai sôbre a atividade Lavoura é bem menor do que aquêle que recai sôbre a atividade Pecuária, o que interfere na hora da apuração dos lucros. Assim, a resposta que se pode apontar para a pergunta, é provavelmente aquela que temos observado no meio rural ou seja, a desca-

pitalização pela venda de animais e algumas vèzes, de terra. Quando o produtor rural não encontra crédito ou se o encontra não é suficiente para desenvolver suas atividades, a solução é vender parte de seus animais. Daí dizer-se comumente, que o banco do criador é a vaca. E isto traz, como consequência: primeiro, o desajuste no volume da sua produção pela diminuição de animais que poderiam gerar renda; segundo, o agravamento de sua já debilitada situação de falta de capital para o negócio agrícola, pela consequente descapitalização por motivo da venda dos animais que geralmente, são os produtivos (fêmeas) e que se permanecessem, iriam proporcionar-lhe o incremento do referido capital. Assistência financeira à agricultura está naturalmente, relacionada com política agrícola. É praticamente impossível desejar-se qualquer resultado no uso de crédito ou qualquer outro acelerador do desenvolvimento, se inexistente uma política geral a ser seguida. Dentro da política de desenvolvimento do país, com seus objetivos nacionais estabelecidos, a política de crédito rural, como mecanismo para promover desenvolvimento econômico, deve ter a função de aumentar a elasticidade da oferta e diminuir o custo do capital ou crédito para os empresários rurais. Com isto, é possível por parte destes, adquirir fatores de produção e bens de capital, que representam tecnologia avançada, para que a economia de escala no uso dos recursos seja alcançada.

A política de crédito rural deve também levar em conta as diferenças regionais, os tipos de agricultores, o acesso à tecnologia e tantos outros aspectos. Já tivemos oportunidade, páginas atrás, de alinhar uma série de fatores que interferem na agricultura e que com ela se relacionam. Vimos também que já existe um bom instrumento para orientar uma assistência financeira positiva, que é a Lei que institucionalizou o crédito rural no país. Mas, vimos também que muita coisa ainda necessita ser feita.

O Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (1) dá o caminho geral a ser seguido para o desenvolvimento da agricultura brasileira. No Capítulo XIII, Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento das Atividades Agrícolas, diz a Introdução:

“Sob o ângulo da produção, pode-se observar:

(1) Programa de Ação Econômica do Governo. 1964-1966 — Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — Rio de Janeiro, Brasil, 1965.

a) ao nível global, a taxa de crescimento da produção de alimentos orientada para o consumo interno (3,6% ao ano, no período 1957/1961), não tem sido suficiente para acompanhar o aumento da população (aumento de 3,1% ao ano, na década 1950/1960 e da renda per-capita (aumento de 3,8% ao ano, de 1957 a 1961), numa fase de desenvolvimento em que as elasticidades-renda da procura de produtos alimentícios se apresentam relativamente elevadas;

b) decompondo-se a oferta de alimentos em produtos de lavoura e de produção animal, o desequilíbrio se revela bem mais grave: esta última expandiu-se a uma taxa de apenas 2% (de 1957 a 1961), num período de rápida urbanização (a população urbana cresceu 5,4% ao ano) e de rápida mudança da estrutura da demanda (determinada pelo aumento da renda per-capita), em favor de produtos que são fontes de proteína animal”.

No cômputo de todos os fatores que contribuíram para esta situação, o crédito rural é sem dúvida, um dos que concorreram para a mesma, pela sua deficiência. Os Quadros e Gráficos contidos neste trabalho assim o demonstram.

O mesmo Programa de Ação Econômica, no item “Os Componentes do Produto Agrícola” à página 97 diz:

“A insuficiência do desempenho da agricultura, no tocante ao mercado interno, é bem menos acentuada no caso das culturas agrícolas do que no caso da produção animal e seus derivados. O caso da produção de carne é especialmente elucidativo. Entre 1958 e 1963, a produção de carne verde de todas as espécies permanece aproximadamente constante diante de uma população que deve ter aumentado de, aproximadamente, 18%. Julgando pelos dados expostos, a eliminação do atraso relativo da agricultura, em termos de um mercado interno em expansão, deve, em sua estratégia, dar atenção especial ao ramo da produção animal e derivados”.

Apesar de haver consciência para o problema acima descrito, infelizmente não houve, por parte dos executores da política, uma ação no sentido de fornecer à agricultura e principalmente à pecuária, os incentivos que necessitam, dentre os quais se destaca o crédito. O Gráfico n.º 3 que apresentamos atrás, mostra que, bem ao contrário do que preconiza a política do Governo, os financiamentos no ano de 1965, diminuíram quando deveriam ter sido aumentados.

O Programa de Ação Econômica, no que se refere à ação Governamental no Setor Agrícola (13.4) diz à página 115:

“A correção desse desequilíbrio prospectivo implica na adoção de uma linha de conduta, na política agrícola, que se deve concentrar nos seguintes pontos:

a) sistema de incentivos à exportação de açúcar, arroz e laranja, constantes do Quadro 29, além de algodão, cacau, juta, mamona em óleo, mate e sisal;

b) fomento à produção de batata, feijão, milho e trigo, além de culturas hortícolas, frutícolas e silvícolas;

c) implantação de uma tecnologia avançada no ramo da produção animal, com o objetivo não apenas de atender ao crescimento da demanda, mas também de produzir excedentes exportáveis, particularmente no tocante à carne bovina”.

Da análise desses pontos verifica-se que todos eles demandam quantidades apreciáveis de recursos financeiros, principalmente os destinados a investimentos, para que possam atingir os objetivos especificados. O crédito de custeio existente, as facilidades oferecidas para financiamento de fertilizantes, dão oportunidade a que alguma coisa seja atendida, mas muito pouco em relação à magnitude daquilo que se deseja conseguir. O fomento de muitas culturas irá depender de equipamentos e máquinas para trabalhar o solo, além dos financiamentos necessários aos sistemas de irrigação e estabelecimento de serviços de drenagem. A formação e exploração de pomares, a implantação de florestamento e reflorestamento, necessitam capital de investimento. Por fim, quando chegamos ao terceiro ponto, o da produção animal, verifica-se quão longe estamos ainda de atingir a meta desejada. E, caso uma ação imediata não seja tomada, quem sabe se ela será atingida.

Na página 241, o Programa de Ação Econômica, no item III, Eliminação do Relativo Atraso do Setor Agrícola, fornece três medidas. Uma referente à expansão do crédito ao setor agrícola; outra, referente à reformulação da política de preços mínimos para alguns produtos; e a terceira em relação a uma definição da política de desenvolvimento rural. Muitos desses pontos já foram comentados. No que se refere ao crédito, as medidas sugeridas têm sido seguidas em parte, uma vez que a expansão do crédito ao setor agrícola não tem realmente se verificado nos termos

das necessidades existentes. Dentro dessas medidas, de caráter geral, não se encontra muito sobre uma real e efetiva assistência financeira ao setor agrícola. Contudo, temos esperança de que a mesma virá delineada no próximo Programa de Ação Econômica, uma vez que temos notícia de estudo sobre crédito rural que o Ministério de Planejamento está terminando, e também, que o trabalho de reconstrução econômica assim o permita.

Os instrumentos para que uma Assistência Financeira se torne eficaz, estão à disposição, quase todos consubstanciados na Lei n.º 4.829 e no Decreto n.º 58.380. Existe um Programa de Ação Econômica que fornece as metas e diretrizes para o setor agrícola. Quer pois, parecer-nos, que está faltando tão somente colocar o maquinismo para funcionar. Além disso, se tornaria necessário considerar alguns pontos principais a serem atacados no sentido de obter eficácia da Assistência Financeira que se necessita.

1. *Recursos financeiros* — problema fundamental, base para grande parte da ação a ser desenvolvida.

a) maior quantidade — os dispositivos legais prevêem como obtê-los, mas este é dos pontos que ainda não foram devidamente esclarecidos. Os 10% sobre os depósitos dos bancos estão a provocar discussões. Seria talvez viável diminuir esta percentagem, por exemplo para 5%, ou então diminuir os depósitos compulsórios dos bancos para encaminhá-los ao meio rural através de financiamentos à agro-pecuário. Os redescontos através do FUNAGRI são bons, mas não representam a solução final para o problema;

b) melhor distribuirão — não basta ter recursos financeiros em abundância. É preciso distribuí-los convenientemente não só pelas diversas regiões do país, como também, entre as próprias atividades da agricultura.

c) melhor qualidade — os financiamentos atuais destinam-se muito mais às operações de custeio do que às de investimentos. É necessário modificar substancialmente esta situação, balanceando melhor as duas necessidades.

2. *Estrutura das Entidades Financeiras* — como distribuidoras do crédito devem preocupar-se com:

a) capilaridade do crédito — fazer com que o mesmo chegue mais perto dos produtores rurais. É assunto relacionado com número e localização de agências;

b) treinamento de pessoal — as pessoas que se dedicam ao crédito rural devem receber treinamento específico,

pois este tipo de crédito tem características muito específicas e a clientela é bastante diferente daquela que tem acesso a outros tipos de crédito;

c) assistência técnica e fiscalização — assunto difícil mas importante ao sucesso das operações. A solução deve ser encarada mais no sentido da utilização dos serviços de assistência técnica existentes (Serviço de Extensão Rural do Sistema ABCAR, Secretarias de Agricultura e outros) do que da criação deste tipo de serviço na própria agência financiadora. É provável que seja necessário fazer uma revisão nas taxas a serem cobradas nos financiamentos, e destinadas à fiscalização e assistência técnica;

d) estrutura operacional — simplificação de formulários, de exigências não previstas na Lei, a fim de que não exista tanta demora e emperramento no deferimento dos processos de empréstimos. É preciso não esquecer o princípio da oportunidade do crédito, fazendo com que o mesmo chegue às mãos de quem o necessita, no devido tempo.

e) plano de crédito — um plano simples mas eficiente, deveria ser elaborado, para dar uma visão da empresa rural, e verificar se o empreendimento a financiar se justifica. Não tem a eficiência de uma visita à propriedade rural, mas sempre exerce influência benéfica na operação creditícia.

3. Criação e utilização da Duplicata Rural, para uso dos produtores rurais e/ou suas cooperativas, ampliando a faixa de desconto.

4. Desconto de títulos ou papéis — a exemplo do que é feito com o FUNFERTIL, ampliar as operações para outros tipos de fatores de produção como rações, sementes, pequenas máquinas e ferramentas, arame farpado etc. Com isso, uma grande faixa se abriria não só aos produtores rurais, como também, às suas cooperativas e à indústria destes produtos. As grandes facilidades que hoje existem para aquisição de fertilizantes químicos, deveriam ser estendidas aos demais fatores de produção indispensáveis ao sucesso das operações.

5. Crédito específico para florestamento e reflorestamento, visando não só à cobertura florestal como reserva dos recursos naturais renováveis, mas também à industrialização, com perspectivas de alta fonte de renda para a agricultura.

6. Crédito para comercialização — o grande problema do produtor rural é ver o vencimento de seu empréstimo

ir chegando e não encontrar o preço compensatório para seu produto. Um tipo de financiamento simples, prestando inclusive armazenagem na propriedade rural, a prazo de 120 ou 180 dias, seria boa solução ao problema, além de diminuir consideravelmente a parte da intermediação que é perniciososa.

7. Financiamentos para mecanização visando principalmente aos trabalhos de destoca, construção de açudes, drenagem, serviços de irrigação e outros. Seria interessante pensar em financiamentos indiretos aos produtores rurais, que teriam os serviços de mecanização executados por organismos oficiais ou firmas particulares. Os créditos seriam entregues às prestadoras de serviços, com débito em conta do produtor rural beneficiado. Com este sistema, planejamento e execução seriam mais efetivos e utilização própria dos recursos mais correta.

8. Financiamentos à agro-indústria previstos na Lei de Crédito Rural, deveriam ser incentivados visando ao aproveitamento da mão-de-obra local e dos produtos perecíveis. Além disso, proveriam mais capital à agricultura e promoveriam integração vertical, desejável ao desenvolvimento econômico.

De qualquer forma, a análise de nossa situação no que se refere a crédito rural, mostra que as diretrizes da política do governo visando ao desenvolvimentos econômico, não têm sido seguidas completamente, com reais prejuízos para o setor e para o agregado de nossa economia. Muitos hiatos estão a tolher o crescimento das atividades agrícolas com efetivos prejuízos e agravamento do problema, que, cada vez, vai ficando mais distante da solução que deveria alcançar. Temos contudo a esperança de que ainda não é muito tarde para que os responsáveis pela política de crédito rural no país, estabeleçam e façam funcionar aquela Assistência Financeira que ajude a servir como uma das bases a uma política agrícola favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Comentador — *Alexandre Caminha C. Monteiro*

O comentário ao trabalho a que nos referimos só poderia ser para exaltar seu autor, especialista que dispensa maiores encômios à sua capacidade e à sua dedicação à matéria, na qual poucos são os técnicos e modestos os proventos de seu labor.

Limitamo-nos, pois, a complementar sua exposição com os frutos da experiência aurida em longo período de atuação no praticar o crédito rural, onde não raro se observa o dito vulgar de qua “na prática a teoria é diferente”. Convém deixar bem claro que os nossos comentários não se prendem especificamente à Carteira Agrícola do Banco do Brasil, onde exercemos nossas atividades, nem referências se ligam a ela, mas sim ao crédito rural em si mesmo, como fator de produção.

Em primeiro lugar, lembraríamos, como mais adequados para cotejo com produções de ciclo, os índices de “crédito concedido”, em vez dos utilizados de “saldos de fim de ano”, que tanto poderão coincidir na aproximação com aquêles, como conter distorsões quando comparados. Para exemplo citamos, em 1965, a dinamização das operações de preços mínimos, como responsável pela redução dos saldos de fim de ano dos financiamentos. O crédito pecuário e os anos de maior investimento para lavouras deixam maiores saldos pendentes para os anos seguintes; prorrogação de prazos para setores temporariamente em dificuldades de escoamento — açúcar, algodão, arroz, por exemplo — ou decorrentes de Leis, poderão alterar o conteúdo dos saldos.

Em segundo lugar, utilizaríamos dois outros enfoques para dar a situação objeto do Quadro 3 do autor. Num, em vez de comparar o número de municípios com o das agências bancárias, em cada Estado, cotejaríamos aquêle mesmo número de municípios mas com o número dos que possuem agências bancárias praticantes do *crédito rural*. Isso tornaria bastante mais enfática a conclusão do autor sôbre a falta de penetração, uma vez que em muitos Estados, 80%

dos Municípios não contam com aquelas agências (e parte dêles não conta com agência nenhuma). Estudos de dois anos passados indicam que o modelar Estado de São Paulo apresenta mais de 20% de comunidades naquelas condições. Outro enfoque, resultante de levantamento nosso, demonstraria que o percentual da renda agrícola estadual, em relação ao total daquela renda no País, se aproxima bastante do percentual do crédito rural, por Estado, em relação ao total do dito crédito no País. Essa conclusão não estaria de acôrdo com a do Quadro 3, que fêz a percentagem do crédito diretamente em relação à renda; entretanto, é muito semelhante à que se encontra no Quadro 4, onde, aliás, se observa equanimidade na distribuição do crédito. Enquanto no Quadro 3 parecia haver injusto tratamento para Santa Catarina, em relação ao Rio Grande do Sul, no Quadro 4 se evidencia que num e noutro Estado foi igual o índice de imóveis rurais financiados — 22%.

Em terceiro lugar, ao concordar inteiramente com o autor no tocante à necessidade de substanciais recursos para a agropecuária, temos dúvidas sôbre a significação dada ao por Estado, à fl. 17. Sabemos que no Rio Grande do Sul os financiamentos têm abrangido imóveis de maior área média, de emprêsas mais organizadas e de atividades mais bem estruturadas, como as do trigo, arroz e pecuária, o que não ocorre em Santa Catarina. Enforcamos a referência à fl. 19 do trabalho, de que “nem sempre o aumento de produção”... É bem recente o exemplo da indústria açucareira nordestina que não obstante ter maiores financiamentos, perdeu a primazia daquela produção para o Sul. Qualidades das terras? Tecnologia? Sistema de trabalho? Mentalidade emresarial? Tais fatôres no Sul parecem interligados, mas faltam-nos dados e análises essenciais ao seu esclarecimento.

Em quarto lugar, vemos com menos pessimismo a evolução do crédito rural, tão bem diagnosticada pelo brilhante Dr. José Paulo Ribeiro. Seus próprios dados informam-nos que os recursos aplicados, a despeito de nossa aversão aos “saldos” — não são insignificantes, como geralmente se comenta ante a falta de divulgação pelos Bancos oficiais. Vemos, por exemplo, que aa maioria dos Estados citados (Quadro 4) teve acima de 20% dos seus imóveis rurais financiados; o Paraná teve 57%, o Rio Grande do Norte 34%. Os Quadros 9 e 11 evidenciam que, a partir de 1958, a lavoura cresceu menos que o crédito a ela destinado, conquanto não se observa o mesmo com relação à pecuária; reve-

lam, ainda, que cerca de 28% da produção das lavouras e 15% da produção pecuária estão assistidas financeiramente.

Cabe aqui uma ponderação. Todos sabemos que o crédito rural não atende — nem poderia atender — senão a uma parcela do valor da produção; outras parcelas constituem o lucro do produtor, os juros, as despesas de comercialização, etc. Repousando em base média de 60% do valor da produção estimada, cada crédito de 1.000 deve corresponder a uma produção de 1.667. Por conseguinte, aquêles 28% e 15% citados no item anterior corresponderão, respectivamente, a 46,6% da produção agrícola e a 25% da produção pecuária — o que não é tão pouco, se cotejamos os índices de crédito de países até mais evoluídos.

De outra parte, se concordarmos com as conclusões do Gráfico 3, à fl. 19, temos dúvidas sôbre as do início da fl. 20, porquanto o mais reduzido percentual de crédito para a pecuária possivelmente terá resultado de que ela, no custeio, carece de menos insumos do que a produção de lavouras. Carece, ao contrário, mais de investimentos, o que se traduz em recursos de longo prazo, sempre parcos, como dantes, a agropecuária.

Finalmente, concluimos com o autor em que há instrumentos e programas suficientes para assistência financeira às atividades rurais — falta é melhor funcionamento. Mas isso não concerne apenas aos Bancos. Concerne também a nós, aqui reunidos, investigar aspectos geralmente não comentados e que a vivência da exploração rural reclama como importantes. Se é certo que já contamos com dados técnicos para melhorar o funcionamento bancário do crédito (e não se pode negar sua evolução), também é verdadeiro que nos faltam estudos que dêem melhor conhecimento dos fatores sociais e humanos a êle ligados, e bem apropriadamente citados pelo autor à fl. 3, item 3. Precisamos de análises capazes de, por exemplo, explicar a reação, em uma zona, as mudanças tecnológicas reclamadas por outras (fertilizantes, inseticidas, etc.); de indicar as razões de acomodações das zonas “consolidadas”, em contraste com as pretensões arrojadas das áreas pioneiras; de dizer os reflexos reais da inflação sôbre a produção e o crédito rural.

Falta também algo à pecuária como entidade, pois carece ela de mais organização e tenacidade na defesa dos seus interesses. Vejam-se as parcelas de depósitos bancários destinadas ao crédito rural, até agora não disciplinadas nem

tampouco reclamadas com a devida ênfase. Vejam-se os problemas de preços e comercialização, ainda pendentes, desencorajando os produtores pouco versados na técnica de mercado a realizar investimentos de maior vulto, conquanto essenciais.

Tenhamos esperanças, contudo, de que essa parte do caminho seja em breve percorrida, para alcançarmos a meta desejada.

Comentador — *Gilson Seabra Rocha*

Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a esta oportunidade proporcionada de também entrar no grupo daqueles que disseram “eu recebi um convite ontem à tarde para comentar sobre este trabalho”. Eu sou um neófito no assunto, e comentar um trabalho do Dr. José Paulo Ribeiro é de certo modo perigoso e principalmente, para mim, um prazer e uma grande honra. Na pag. 2, o autor no 1.º parágrafo diz que além do setor primário de nossa economia não estar obtendo o mesmo ritmo de crescimento de outros setores, não está também obtendo recursos financeiros que seriam necessários para as suas atividades, como mostram os números do quadro que segue.

Não me pareceu convincente esta argumentação para justificar a afirmativa, porque em realidade o quadro mostra apenas empréstimos a atividades econômicas; o autor diz de carência de empréstimos, e nós não temos fonte de comparação para analisar as necessidades do setor e o que está sendo dado ao setor. De maneira que eu gostaria de ver esta observação do Dr. Paulo Ribeiro sobre este quadro em que ele tenta justificar esta argumentação. Em realidade pode a agricultura estar recebendo o suficiente ou dentro de uma margem muito estreita do desejável e, afinal de contas, nós não temos um parâmetro para poder comparar. Na pag. 3 o autor levanta vários aspectos, no 1.º parágrafo. Tanto quanto entendi, o aspecto básico para promover uma política eficaz de desenvolvimento do setor agrícola, involucra a idéia e necessidade do planejamento global da economia em diversos níveis, para que se consiga controlar os pontos de decisões nestes diferentes níveis, muito embora o autor não se refira especificamente ao planejamento integrado e, dentro deste, o crédito agrícola ou o financiamento. Na pag. 5, no ponto 5, o autor muito bem focaliza vários aspectos, e dentre estes o de riscos e incertezas. A este ponto eu estou dando ênfase, porque está ligado intimamente aos estímulos programados para alcançar as metas desejáveis e evitar distorções entre os setores, isto é, riscos e incertezas abrangem não só um aspecto para o programa em si, ou seja, para o executor do programa, como também para quem está en-

volvido na parte de sua execução, ou seja, no outro nível, o agricultor.

As condições existentes no País para investimento em um setor vão afetar o fluxo de capital para um ou outro setor, e é bem possível que obtendo financiamento, um setor encaminhe suas poupanças para outro setor não agrícola, e as necessidades de financiamento do setor agrícola ainda se tornem maiores. Eu chamo atenção a êste respeito, porque o Dr. Paulo Ribeiro focaliza várias vezes o aspecto da necessidade de mais capital para a agricultura. A necessidade de planejamento integrado na economia do país, embora o autor não lhe tenha dado maior importância, de fato o trabalho dêle não é sobre isto, mas eu gosto de bater nesta tecla, pode ser notada ainda mais quando se refere à adaptação dos recursos físicos, às mudanças em tecnologia e mercado, como menciona no 4.º ponto da página. Isto significa que estas mudanças tenderão a provocar mudanças na estrutura de comercialização de produtos do lado da emenda e da estrutura de produção de insumos. Estas três mudanças interrelacionadas afetam quase todos os setores da economia, principalmente nos países dependentes do setor agrícola. Daí, ao se falar de financiamento, é preciso pensar-se em termos de programação integrada. As interrelações de um sistema de financiamento num setor agrícola, num país que se diz essencialmente agrícola (o autor se refere várias vezes à política agrícola), não se concebe que sejam efetuadas ou seja feito o financiamento sem uma programação integrada. Nós vamos falar em financiamento ou alguma mudança no setor agrícola e encontramos tamanhas barreiras, tão bem já focalizadas em vários assuntos aqui, que não temos outra saída a não ser tocar nas partes prioritárias, ou seja, dentro de uma programação prioritária de atividades, e não se entende então de outra forma a falta de programação integrada do setor, seja comercialização, transportes, seja armazenamento, seja preços mínimos, etc. Na pag. 11, no 1.º item, o autor se refere ao quadro 4 e êle vale de comparação, mas não chega a dar idéia mais aproximada das necessidades de crédito, porque o Dr. José Paulo insiste na necessidade de capital e eu gostaria de perguntar a êle: Quanto a agricultura precisa a mais? Esta fome de crédito ou investimento ou financiamento no setor agrícola vai até onde? Nós estamos cumprindo que metas atuais? Eu gostaria que êle tivesse levantado êsses pontos, mas é preciso que se reconheça que o trabalho cumpriu os objetivos a que êle se propôs

no início na 1.^a pag. e êle foi cair diante de uma área várias vèzes afirmando sôbre necessidade de mais capital para a agricultura, e apresenta vários quadros. Então eu disse que não dá uma idéia mais aproximada das necessidades atuais. A percentagem das propriedades atingidas não expressa bem a realidade para argumentação. Êle usa um número de financiamento e um número de propriedades rurais como uma das argumentações. Eu digo a êle que dada a situação de agricultores que não têm capacidade de receber financiamento para qualquer atividade, isto é, grupo daqueles impossibilitados de receber qualquer tipo de financiamento e também daquela faixa de agricultores que não necessitam de financiamento, nós podemos juntar uma outra argumentação, que não se sabe ou pelo menos eu não tenho informação, de qual deveria ser a faixa de atendimentos para crédito agrícola. Naturalmente, o autor não vai pensar e seria inconcebível que tôdas as propriedades fossem atingidas, mas qual a margem de propriedades agrícolas, se êle argumenta dessa forma, que número X de tantos % das propriedades sômente é atingido, qual deveria ser a margem de atendimento para o crédito agrícola? Êste também é um ponto para que peço esclarecimento. Na pag. 13 escreve o autor com bases em 1958 que a pecuária recebeu sômente 23% dos financiamentos, enquanto a lavoura recebeu 77%. Pelo quadro 10 observa-se que os créditos concedidos aos dois setôres estão bem próximos da importância em valores das produções de cada setor, ou seja, explicando melhor, a percentagem de crédito em número concedido para cada setor está mais ou menos de acôrdo com os valores das produções em cada setor. Comparando-se os números com valores de produções, relacionamos êstes dois aspectos; verifica-se que não há tamanha distorção, ou seja, que o setor agrícola, a lavoura por exemplo, que recebeu um total de financiamento de 77%, tem o seu volume de produção em valor de 77%, e também o setor da pecuária, que recebeu 23% do valor do crédito agrícola, também possui um valor de produção dentro do setor agrícola de cêrca de 23%. Eu gostaria de perguntar a êle que tal êsses dados. Nas pags. 18 e 19 tem-se uma boa demonstração de uma tentativa feita pelo autor, que em linhas gerais procura argumentar dentro da linha de apresentação de seu trabalho. Mas eu volto à tecla, pois pelo que êle diz na pag. 18, no 1.^o parágrafo, comparando os valores da produção agrícola com os do financiamento, nota-se quão longe êles estão dos outros.

Eu gostaria de perguntar: estamos muito perto ou estamos muito longe? Que percentagem, ou de que modo deveria ser financiada a agricultura? De fato, e aqui vai uma ressalva minha, eu sou neófito no assunto, mas tudo isso são tentativas de se acertar, ou seja, é bem provável que nós não tenhamos dados sobre isso e é bem provável que o autor tenha encontrado dificuldades tremendas para estabelecer êsses possíveis pontos que eu estou tentando levantar. Acredito que há implicações outras que apenas fatores de financiamento dentro desta apresentação, dêste quadro, desta argumentação. Para a lavoura, enquanto há oscilações relativamente violentas no setor de financiamento, o valor da produção mantém-se em alta quase contínua. O mesmo se observa para a pecuária. Talvez fôsse necessário analisar a composição dos financiamentos para setores em relação com as atividades como café, gado de corte, arroz etc... ou seja, distorções maiores podem estar ocorrendo entre atividades dentro do setor que entre setores, no que diz respeito ao volume de financiamento, porque estamos comparando valor da produção. E quais as relações que deveriam existir entre financiamento e valor da produção? O autor de modo claro chama atenção para vários pontos a serem considerados dentro dos esquemas de apresentação do trabalho. Todavia, e aqui finalizando, penso em termos de importância do setor agrícola dentro da economia brasileira, e num processo de desenvolvimento do país as argumentações objetivas parecem bem definidas. O alcance de uma política em diferentes níveis vai depender de mais de um planejamento integrado inter-setorial e da máquina administrativa e executiva montada. Penso que se deveria argumentar em termos de o que se deve ter feito e o que se está fazendo objetivamente. O problema de aproveitamento de instituições, evitando duplicações de trabalho, ainda está a desafiar a administração, bem como o planejamento executado nos diferentes níveis. Talvez êstes aspectos e o de pessoal capacitado para fazer executar os programas sejam bem mais importantes que a quantidade de capital de que se dispõe para o setor agrícola atualmente. A SOBER agradeço a oportunidade que me foi dada, como estudioso e preocupado no assunto. Vejo o trabalho como uma contribuição valiosa e interessante para os responsáveis pela política agrícola, e também interessados no assunto.. Meus parabéns ao Dr. J. Paulo Ribeiro pela contribuição prestada e o meu muito obrigado aos senhores e ao autor.

Palavra Livre — *Dr. Coutinho*

O Dr. José Paulo Ribeiro indubitavelmente é uma das maiores autoridades brasileiras em Crédito e Assistência Rural. Ele fez uma citação sobre os fatores impeditivos da ampliação do crédito agrícola no Brasil e citou dentre êles a estrutura agrária. Eu apenas trago aqui uma contribuição ao trabalho, baseado em um livro inédito de minha autoria, no qual se vê nestas colunas maiores um plano de força muscular pura e simples na agricultura Nacional, donde significa que cerca de 90% da produção agrícola brasileira é obtida graças única e exclusivamente ao trabalho muscular puro e simples da enxada, sendo que São Paulo ou a região Sul pioneira do Brasil ainda emprega cerca de 34% de esforço muscular puro e simples. Na parte de tração animal apenas a região Sul se destaca, as demais são desprezíveis. O emprêgo da mecanização na agricultura é tão insignificante face ao panorama geral que não deu para ser representado no gráfico, de tão irrisório. Outro trabalho também corroborando o que o José Paulo fez para Minas Gerais, eu fiz em relação ao Brasil, baseado nos estudos dos Censos. Aqui a distribuição do valor dos bens dos estabelecimentos rurais, por região significa que a imensa maioria do valor dos bens, confirmando o que êle disse, é em valor de terras, vindo a seguir as construções, veículos e animais, e máquinas agrícolas. Verifica-se que estas colunas são quase que diretamente proporcionais à contribuição de cada região para o valor da produção agrícola do Brasil. Verificamos que na escala de contribuição do valor agrícola, vem em 2.º lugar a região leste, na qual também a terra ocupa a maior parte dos trabalhos; e as regiões centro-oeste e norte realmente, onde o único valor dos bens existentes praticamente é o valor das terras. O 1.º comentarista falou em que escala deveria haver ou em que proporção deveria ser feito o financiamento da produção à margem de entendimento. Evidentemente que esta proporção ideal não pode ser lida assim "em cima da perna",

mas o que não pode de maneira alguma continuar, é que o crédito concedido pela CREAÍ ao pequeno produtor, que é aquêle responsável pela maior parte da produção agrícola brasileira, continue sendo apenas 1,10% do valor total da produção agrícola. Isso que não pode continuar. Agora a proporção ideal, isto é outro assunto. Muito obrigado.

Euter Paniago

Terei uma interferência muito rápida e sem entrar realmente no mérito do trabalho, apenas solicitando ao Dr. José Paulo Ribeiro, que fizesse uma pequena revisão na pag. 13 de seu trabalho, quando êle computa percentualmente os empréstimos dados à lavoura e à pecuária em termos que êle chama aqui de nominais e em termos reais, com dados deflacionados e não deflacionados. Não sei que artifício o Dr. José Paulo Ribeiro usou, que encontrou para os valores correntes um percentual diferente daquele dos valores deflacionados. Evidentemente é possível que tenha sido um problema de arredondamento e que seria desprezível no caso, porque se usado o mesmo índice, o resultado deveria ser idêntico para os dois casos.

Dr. Renato Albano Petersen

O comentarista e autor, segundo foi dado observar, não fizeram menção a um fator que nos parece fundamental. Esse fator é o financiamento à atividade. Sabemos que em muitas propriedades, a atividade que poderia receber financiamento não tem na propriedade o ponto de estrangulamento. No entanto, por não ser atividade financiável, continua a propriedade no meso estágio.

Conhecemos exemplos e os senhores bem o conhecem da mesma forma que eu, de Gerentes de Bancos que são obrigados, quando o mutuário chega ao seu Gabinete, a dizer: "a atividade que o senhor quer não está enquadrada, no entanto eu vou dar um jeitinho e vai sair o seu crédito por outra linha". Isso é normal. Assim é que gostaria de chamar a atenção para que houvesse uma modificação no critério da concessão de crédito. Até mesmo o Banco Central restringe em seu refinanciamento algumas atividades que podem ser financiadas. Por isso achamos de importância que o critério de concessão do crédito não deva ser o de atividades financiáveis, mas sim a empresa agrí-

cola. A empresa agrícola nos seus pontos de estrangulamento, para que assim se possa procurar e efetuar uma modificação no sistema produtivo da propriedade.

Dr. José Paulo Ribeiro

Eu não tenho que responder muito, porque estou praticamente de acordo com tudo que foi dito pelos comentaristas. Agradeço ao colega Gilson Rocha tudo o que disse sobre o trabalho, aos muitos subsídios que podem ser utilizados para melhoria do meso. Uma pergunta que ele fez várias vezes é o quanto a agricultura precisa de financiamento. Isso é difícil de responder e acho que ninguém conseguiria responder. Eu diria que este ponto depende dos objetivos a serem estabelecidos numa política para essa agricultura num determinado período. Se nós tivéssemos uma política que dissesse quais os objetivos da lavoura, da pecuária, num prazo de 5 a 10 anos, em termos quantitativos, então talvez nós pudéssemos calcular quanto demandaria a estas empresas que os produzissem, da mesma maneira que se calcula para uma indústria, e assim por diante. De maneira que este quantum parece muito difícil. No entanto, por outro lado, pela análise não só dos dados no Estado de Minas como outros no Brasil e estes que Coutinho mostrou, nós verificamos que o capital na agricultura está representado grandemente pela terra, e muito pouco pelos fatores que realmente influenciaram na produção, quais sejam aqueles referentes a construções, a equipamentos, a animais, etc. Uma modificação na percentagem desses valores em relação ao patrimônio global da propriedade ou da empresa rural, poderia ser também uma base para mostrar quanto seria necessário. Nos países mais evoluídos, na Europa e mesmo nos Estados Unidos, mas principalmente na Europa, na composição do inventário agrícola a terra entra geralmente com 10% ou menos no valor global da propriedade, enquanto que animais produtivos e mesmo equipamentos, têm um valor muito maior. A consequência disso foi a capitalização que foi feita na agricultura, para que esses fatores então pudessem oferecer maior produção. Enquanto o brasileiro tiver a mentalidade de ir comprando cada vez mais terras, a nossa agricultura não irá se desenvolver muito. Não quero assim dizer que a terra deva ser pequena, pelo contrário, nós temos verificado que em muitas regiões em Minas, quanto maior o número de mini-

fúndios, mais se agrava a situação com relação a êsse fator terra. Há regiões inclusive em que isso tem que ser agregado para que o individuo possa realmente obter um rendimento satisfatório, não só para sua família como para comercialização.

Com relação à programação, ao planejamento de vários setores, eu devo dizer que realmente não me aprofundei muito nisto, mas que na pag. 22 eu falei que o crédito para ser bem empregado dependeria de uma política agrícola e de uma programação integrada, isso naturalmente poderá ser desenvolvido em outros aspectos. Quanto à comparação do número de empréstimos quanto à propriedade, é verdadeiro até certo ponto que nem todos têm a capacidade de contratar, mas é verdadeiro também que quase todos também têm um tipo de financiamento, conquanto não por organismos, por órgãos financiadores, mas por financiamento indireto. Eles chegam nos armazéns, nos compadres, pedem dinheiro a 40,60% ou mais, em troca da sua produção a preços vis, quando êles colhem, quer dizer, isso também é modo de financiamento indireto. De maneira que se não existisse êste tipo de financiamento e as entidades de financiamento devessem perfazê-lo, êsse número serviria para comparação. Com relação aos outros aspectos mencionados, eu diria que no caso do setor agropecuário, embora diferenças entre os valores da produção não sejam maiores, se nós observarmos a quantidade de capital que demanda a agricultura, a lavoura, em relação aos fatores da produção, e a pecuária, nós vamos ver que a demanda de crédito é muito maior para a pecuária do que para a lavoura propriamente dita. Por exemplo, o agricultor que se dedica a milho só precisará de um trato de terra, máquina, adubo e assim por diante. Já aqueles que se dedicam ao gado, têm outros fatores muito mais complexos; não só o trator para preparar as terras, para fazer as pastagens que demoram mais tempo, as cercas para divisão das pastagens, como o próprio capital investido nos animais, que hoje não são muito baratos, além de outros fatores complexos, quais sejam as instalações de estábulos e de maquinaria, nos casos de gado de leite, etc. Mas de um modo geral eu agradeço os comentários, e tenho a certeza de que o colega Gilson Rocha, lá na Universidade Rural, quando começar a orientar os nossos futuros colegas agrônomos em crédito rural, estará capacitado a fazer com que nós agrônomos quando nos formarmos, tenhamos um pouco mais de conhecimento de crédito.

Com relação à pergunta do Dr. Petersen, eu gostaria de dizer que o crédito, além de ser uma ferramenta de aceleração e de formação de capital, pode ser também aquilo que limita o cultivo, a criação de determinadas atividades da agricultura numa dada empresa, que não seria justificado sob o ponto de vista ecológico. Quero agradecer a todos a atenção, e à SOBER a oportunidade de trazer aqui esse trabalho.